

Maurício Tamer

Manual de
**DIREITO DA PROTEÇÃO
DE DADOS PESSOAIS**

saraiva  jur

Sumário

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Siglas</i>	IX

Capítulo 1

DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1.1 Nota introdutória	
1.2 O Direito à privacidade	
1.2.1 Teoria das esferas da personalidade ou teoria dos círculos concêntricos ...	5
1.2.2 Privacidade como direito de pessoa natural: direito de privacidade <i>versus</i> direito à confidencialidade e propriedade de informações empresariais	6
1.3 O Direito da Proteção de Dados Pessoais	7
1.3.1 Dado <i>versus</i> informação: a construção do conceito de dado pessoal	7
1.3.2 O que parece ser, então, a Proteção de Dados Pessoais?	11
1.3.3 Histórico	12
1.3.3.1 Modelo europeu	12
1.3.3.2 Modelo norte-americano	16
1.3.4 A Proteção de Dados Pessoais como direito fundamental	17
1.3.5 Autonomia científica e transversalidade	21

Capítulo 2

DADOS ABERTOS

2.1 Considerações iniciais	23
2.2 Origens, concepção, princípios e algumas experiências estrangeiras	24
2.2.1 Organização das Nações Unidas – ONU	31
2.2.2 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE ...	33
2.2.3 União Europeia	35
2.2.3.1 Diretiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia	36
2.2.3.2 Diretiva 2019/1024 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia	39
2.2.3.3 A Estratégia Europeia para os Dados, o <i>Data Governance Act</i> e o <i>Data Act</i>	45
2.2.4 Estados Unidos da América	49
2.2.4.1 <i>Open Government Directive</i>	50
2.2.4.2 <i>Executive Order</i> de 2013	52
2.2.4.3 Política de Dados Abertos (<i>Open Data Policy</i>) de 2013	52
2.2.4.4 <i>Open Government Data</i> de 2019	54

2.2.5	Canadá	56
2.2.6	México	57
2.2.7	Argentina	57
2.2.8	Chile	58
2.2.9	Uruguai	58
2.2.10	África	59
2.2.11	Austrália	59
2.2.12	Japão	59
2.3	Dados abertos no Brasil	59
2.3.1	Considerações iniciais	59
2.3.2	Lei de Acesso à Informação – LAI	60
2.3.2.1	Aspectos introdutórios, aplicabilidade e diretrizes principais	60
2.3.2.2	Definições	61
2.3.2.3	Direito de acesso às informações e procedimentos	63
2.3.2.4	A regra de gratuidade e a possibilidade excepcional de cobrança para acesso aos dados abertos	65
2.3.2.5	Restrições à abertura dos dados e a aparente função do artigo 31 da LAI	67
2.3.3	Decreto Regulamentador da LAI	71
2.3.3.1	A disciplina referente às informações pessoais	72
2.3.3.2	O monitoramento de aplicação da LAI e o papel fundamental da Controladoria-Geral da União	73
2.3.3.2.1	O Acordo de Cooperação Técnica entre a ANPD e a CGU ...	74
2.3.4	Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal	75
2.3.5	Lei do Governo Digital	79
2.3.6	Poder Judiciário	80
2.3.6.1	Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – Datajud	83
2.3.6.2	Princípio da publicidade dos atos processuais: um novo conteúdo?	83

Capítulo 3

MARCO CIVIL DA INTERNET

3.1	Considerações iniciais	85
3.2	A regulação da internet no Brasil	86
3.2.1	A internet como objeto de regulação e seu funcionamento	86
3.2.2	Fundamentos do uso da internet no Brasil	87
3.2.3	Princípios	90
3.2.4	Objetivos	92
3.2.5	Definições	93
3.2.6	Direitos e garantias dos usuários de internet	94
3.2.7	Outros pontos	96

3.3 A privacidade e a proteção de dados pessoais no Marco Civil da Internet	98
3.3.1 Considerações iniciais	98
3.3.2 Reconhecimento da escala mundial da rede (art. 2º, I)	98
3.3.3 Desenvolvimento da personalidade (art. 2º, II)	99
3.3.4 Exercício da cidadania (art. 2º, II)	100
3.3.5 Abertura e colaboração (art. 2º, IV).....	101
3.3.6 Livre-iniciativa (art. 2º, V)	101
3.3.7 Livre concorrência (art. 2º, V).	104
3.3.8 Defesa do consumidor (art. 2º, V).....	104
3.3.9 Princípios da privacidade e proteção de dados pessoais na forma da lei (art. 3º, II e III)	105
3.3.10 Princípio da neutralidade da rede (art. 3º, IV).....	106
3.3.11 Definições (art. 5º)	106
3.3.12 Direitos dos usuários (art. 7º)	108
3.3.13 Proteção dos registros, dados pessoais e comunicações privadas (arts. 10 a 17).....	112
3.3.14 Aplicação territorial (art. 11).....	115

Capítulo 4

OBJETIVOS E FUNDAMENTOS DO DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL

4.1 Nota introdutória.....	117
4.2 Os objetivos do Direito da Proteção de Dados Pessoais no Brasil	118
4.2.1 A relação entre objetivos e riscos: a delimitação do risco como baliza e premissa de regulação	119
4.3 Os fundamentos do Direito da Proteção de Dados Pessoais no Brasil	120
4.3.1 O que parecem ser os fundamentos de um conjunto normativo?	120
4.3.2 Privacidade	120
4.3.3 Autodeterminação informativa	121
4.3.4 Liberdades de expressão, de informação, de comunicação e de opinião	123
4.3.5 Intimidade, honra e imagem.....	123
4.3.6 Desenvolvimento econômico e tecnológico e inovação.....	124
4.3.7 Livre-iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor	125

Capítulo 5

EFICÁCIA TERRITORIAL E MATERIAL

5.1 Nota introdutória.....	127
5.2 Noção de eficácia normativa	127
5.3 Eficácia territorial	128

5.3.1 Tratamento de dados pessoais realizado em território nacional	128
5.3.1.1 Exceção: dados pessoais em mero armazenamento ou trânsito	128
5.3.2 Oferta ou fornecimento de bens e serviços a indivíduos localizados no território nacional	129
5.3.2.1 Como identificar se as atividades se destinam à oferta ou fornecimento de serviços a indivíduos localizados no território nacional? O critério de direcionamento	130
5.3.3 A situação dos dados pessoais inicialmente coletados no território nacional e a aparente redundância do artigo 3º, III, da LGPD	132
5.3.4 Quando, então, o Direito da Proteção de Dados Pessoais não é territorialmente eficaz?	133
5.4 Eficácia material	133
5.4.1 A adoção do critério de exclusão	133
5.4.2 Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos	134
5.4.3 Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente religiosos	134
5.4.4 Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos	135
5.4.5 Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente artísticos	136
5.4.6 Tratamento de dados pessoais realizado para atividades exclusivamente acadêmicas e para estudos e pesquisas: eficácia material limitada	136
5.4.7 Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais	139

Capítulo 6

DEFINIÇÕES PERTINENTES AO DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

6.1 Nota introdutória.....	141
6.2 Dados pessoais	141
6.2.1 O conceito de dado pessoal	141
6.2.2 <i>Cookies</i>	143
6.2.3 Dado financeiro.....	145
6.2.4 Dado de autenticação em sistemas	145
6.2.5 Dado protegido por sigilo legal ou judicial	145
6.2.6 Dado protegido por sigilo profissional.....	145
6.2.7 Dado relacional	146
6.2.8 Dado alternativo.....	146
6.2.9 Nome de animal	146
6.2.10 Geolocalização	147

6.2.11	Comentários, opiniões e mensagens.....	147
6.2.12	Neurotecnologias.....	147
6.3	Dados pessoais sensíveis.....	148
6.3.1	Considerações sobre a opção pela classificação <i>ope legis</i> e objetiva na identificação de dados pessoais sensíveis.....	148
6.3.2	Conceito de dado pessoal sensível e rol taxativo.....	151
6.3.3	Dado sobre origem racial.....	152
6.3.4	Dado sobre convicção religiosa.....	152
6.3.5	Dado sobre opinião política.....	152
6.3.6	Dado sobre filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político.....	153
6.3.7	Dado referente à saúde.....	153
6.3.8	Dado referente à vida sexual.....	154
6.3.9	Dado genético.....	154
6.3.10	Dado biométrico.....	155
6.3.10.1	A questão do reconhecimento facial.....	155
6.4	Anonimização e dado anonimizado.....	157
6.4.1	Dados anônimos <i>versus</i> dados anonimizados.....	157
6.4.2	Dados sintéticos.....	158
6.4.3	Pseudoanonimização.....	158
6.4.4	Transmissão de dados pseudoanonimizados.....	160
6.5	Banco de dados.....	160
6.6	Titular de dados pessoais.....	161
6.6.1	Pessoa falecida.....	161
6.7	Agentes de tratamento.....	163
6.7.1	Agentes de tratamento de pequeno porte.....	164
6.7.2	Controlador de dados.....	165
6.7.2.1	Controladoria conjunta ou cocontroladoria.....	168
6.7.3	Operador de dados.....	168
6.7.3.1	Suboperador de dados.....	169
6.7.3.2	Colaboradores ou servidores contratados por pessoas jurídicas....	169
6.8	Tratamento de dados pessoais.....	170

Capítulo 7

PRINCÍPIOS

7.1	Conceito e função dos princípios no Direito da Proteção de Dados Pessoais..	171
7.2	Princípio do melhor interesse do titular.....	173
7.3	Princípio da proporcionalidade.....	173
7.4	Princípio da abordagem por risco.....	177
7.5	Princípio da boa-fé.....	178

7.6	Princípio da finalidade	179
7.7	Princípio da adequação	180
7.8	Princípio da necessidade ou da minimização dos dados	181
7.9	Princípio do livre acesso.....	181
7.10	Princípio da qualidade dos dados	182
7.11	Princípio da transparência	183
7.11.1	Aviso de privacidade	184
7.11.1.1	Requisitos do aviso de privacidade.....	185
7.11.1.2	Norma ISO/IEC 29184:2021	187
7.11.1.3	Cookies	189
7.12	Princípio da segurança	190
7.13	Princípio da prevenção.....	190
7.14	Princípio da não discriminação abusiva ou ilícita	191
7.15	Princípio da responsabilização e prestação de contas	192

Capítulo 8

BASES LEGAIS DE TRATAMENTO – PARTE I: CONSENTIMENTO

8.1	Nota introdutória: a dinâmica das bases legais de tratamento de dados pessoais	193
8.2	Consentimento.....	194
8.2.1	Requisitos do consentimento.....	195
8.2.1.1	Manifestação livre	195
8.2.1.1.1	Situações de desequilíbrio de poder ou de desvantagem fático-jurídica entre o titular e o controlador	196
8.2.1.1.2	Não condicionamento	197
8.2.1.1.3	Ausência de prejuízo	198
8.2.1.1.4	Granularidade	198
8.2.1.2	Manifestação informada.....	199
8.2.1.3	Manifestação inequívoca	199
8.2.1.4	Finalidade determinada	200
8.2.1.5	Atualização	200
8.2.2	Forma de obtenção do consentimento.....	200
8.2.2.1	Consentimento escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular	200
8.2.2.2	Consentimento dado pelo próprio titular ou por seu representante legal	201
8.2.2.3	Norma ISO/IEC 29184:2021	201
8.2.3	Ônus da prova.....	203
8.2.4	Cookies	203

Capítulo 9

BASES LEGAIS DE TRATAMENTO – PARTE II: LEGÍTIMO INTERESSE

9.1 Nota introdutória e primeiras considerações sobre o legítimo interesse	205
9.2 O legítimo interesse na União Europeia	206
9.3 Dados pessoais não sensíveis	208
9.4 Requisitos do legítimo interesse	208
9.4.1 O que parece ser “interesse”?	208
9.4.1.1 Interesse do controlador ou de terceiro	209
9.4.2 Propósito legítimo	209
9.4.3 Propósito específico, explícito e informado ao titular	210
9.4.4 Dados pessoais estritamente necessários para a finalidade	210
9.4.5 Situações concretas	210
9.4.6 Expectativas legítimas do titular de dados pessoais e critérios para sua identificação	211
9.4.7 Prevalência dos direitos e liberdades fundamentais do titular	212
9.5 Teste de Balanceamento de Legítimo Interesse	213

Capítulo 10

BASES LEGAIS DE TRATAMENTO – PARTE III: DEMAIS BASES

10.1 Nota introdutória	215
10.2 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	215
10.2.1 Cumprimento de instrumentos normativos estrangeiros	215
10.3 Execução de políticas públicas	216
10.4 Realização de estudos por órgão de pesquisa	216
10.5 Execução de contrato.....	218
10.5.1 Incapacidade civil do titular de dados pessoais.....	219
10.6 Exercício regular de direitos	219
10.7 Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.....	220
10.8 Tutela da saúde	220
10.8.1 Vedação do tratamento de dados para seleção de riscos	221
10.8.2 Vedação da comunicação ou compartilhamento de dados sensíveis relativos à saúde	221
10.9 Proteção do crédito.....	221
10.10 Prevenção à fraude e proteção da segurança do titular de dados	222
10.11 Utilização de dados pessoais já publicamente acessíveis.....	222
10.11.1 Análise diligente de fontes consultadas	223

Capítulo 11

BASES LEGAIS DE TRATAMENTO – PARTE IV: TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

11.1	Nota introdutória e o conceito de transferência internacional de dados.....	225
11.2	Ecosistema de bases legais para a transferência internacional de dados pessoais	226
11.2.1	Países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto no Direito da Proteção de Dados Pessoais	227
11.2.2	Garantias apresentadas pelo controlador	227
11.2.3	Transferência necessária para a cooperação jurídica internacional	228
11.2.4	Proteção da vida e da incolumidade física do titular ou de terceiro	228
11.2.5	Autorização específica da ANPD	229
11.2.6	Acordo de cooperação internacional	229
11.2.7	Transferência necessária para a execução de política pública ou atribuição legal	229
11.2.8	Consentimento.....	229
11.3	Resolução CD/ANPD n. 19/2024	229

Capítulo 12

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

12.1	Crianças e adolescentes	235
12.2	Melhor interesse da criança e do adolescente	235
12.3	Bases legais de tratamento de dados de crianças e o Enunciado CD/ANPD n. 1/2023	237
12.4	Controle etário.....	238
12.5	Princípio da necessidade e jogos e aplicações	238
12.6	Comprovação da condição de pai ou responsável legal	239

Capítulo 13

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

13.1	Nota introdutória	241
13.2	O tratamento de dados pessoais para o desempenho das finalidades públicas	241
13.3	Empresas públicas e sociedades de economia mista	243
13.4	Interoperabilidade	243

Capítulo 14

TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

14.1	Nota introdutória	245
14.2	Situações que caracterizam o término do tratamento (art. 15, LGPD).....	245
14.2.1	Cumprimento da finalidade	245
14.2.2	Fim do período de tratamento.....	246

14.2.3 Comunicação do titular de dados pessoais	246
14.2.4 Determinação da ANPD	246
14.2.5 Determinação judicial	246
14.3 Situações que caracterizam o término do tratamento (art. 16, LGPD).....	247
14.3.1 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.....	247
14.3.2 Manutenção para estudo por órgão de pesquisa	247
14.3.3 Manutenção dos dados pela necessidade de transferi-los a terceiros	247
14.3.4 Uso exclusivo e anonimizado pelo controlador.....	248

Capítulo 15

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

15.1 Nota introdutória	249
15.2 Direitos dos titulares de dados pessoais	250
15.2.1 Confirmação da existência de tratamento (art. 18, I, LGPD)	250
15.2.2 Acesso aos dados pessoais (art. 18, II, LGPD)	250
15.2.2.1 Como fornecer o acesso aos dados para o titular e o conceito de “cópia”.....	251
15.2.3 Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III, LGPD).....	255
15.2.4 Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados (art. 18, IV, LGPD) ..	255
15.2.5 Portabilidade (art. 18, V, LGPD)	256
15.2.6 Eliminação dos dados pessoais (art. 18, VI, LGPD)	257
15.2.7 Informação das entidades públicas e privadas envolvidas no tratamento (art. 18, VII, LGPD)	257
15.2.8 Informação sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento (art. 18, VIII, LGPD)	257
15.2.9 Revogação do consentimento (art. 18, IX, LGPD)	257
15.2.10 Oposição (art. 18, § 2º, LGPD)	258
15.2.11 Revisão de decisões automatizadas (art. 20, LGPD)	258
15.2.12 Informações claras e adequadas a respeito dos critérios e procedimentos utilizados para a decisão automatizada (art. 20, § 1º, LGPD).....	259
15.3 Forma e protocolo de atendimento dos direitos dos titulares	259
15.3.1 Prazos.....	260
15.3.2 Forma de atendimento.....	261
15.3.3 Confirmação de identidade	261
15.4 Meios pelos quais os titulares de dados podem exercer seus direitos	262
15.4.1 Interesses jurídico e processual do titular de dados pessoais	264
15.4.2 Legitimidades ativa e passiva em relação aos direitos dos titulares	265
15.4.3 Associações civis	267
15.4.4 Possível ilegitimidade passiva dos agentes de tratamento	267
15.4.5 Procedimentos judiciais individuais e competência	267

15.4.6 Procedimentos judiciais coletivos	268
15.4.7 Procedimentos no Ministério Público	268

Capítulo 16

ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

16.1 Conceito de encarregado pelo tratamento de dados pessoais e regulação....	271
16.2 Dever de indicação do encarregado	272
16.3 A quem é permitida a atribuição da função de encarregado	273
16.4 Encarregado substituto: situações de ausência, impedimento ou vacância do encarregado.....	274
16.5 Deveres do agente de tratamento: seus deveres não se encerram com a nomeação	275
16.6 Conflitos de interesse	275
16.7 Formalização da função	279
16.8 Responsabilidade civil, trabalhista ou administrativa do encarregado	280
16.9 Responsabilidade penal do encarregado.....	280
16.10 Identificação e informações de contato do encarregado	281
16.11 Atividades do encarregado	282

Capítulo 17

PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 Nota introdutória e o que pode ser compreendido como um programa de governança ou sistema de gestão em privacidade e proteção de dados pessoais..	285
17.2 Compromisso institucional	289
17.3 Entendimento do contexto da organização e definição do escopo do programa ..	289
17.4 Responsáveis pela privacidade e proteção de dados pessoais	290
17.5 <i>Privacy by Design</i>	292
17.6 Inventário de dados e registro das operações de tratamento de dados pessoais (<i>Record of Processing Activities – RoPA</i>)	293
17.7 Política de privacidade	295
17.8 Avisos de privacidade	295
17.9 Avaliações de risco	297
17.9.1 Teste de Balanceamento de Legítimo Interesse.....	297
17.9.2 Relatório de Impacto à Proteção de Dados – RIPD	298
17.9.3 Avaliação de melhor interesse de crianças e adolescentes ..	302
17.9.4 Governança e avaliações de sistemas de inteligência artificial	302
17.10 <i>Privacy-Enhance Technologies – PETs</i>	303
17.11 <i>Nudge Techniques e Dark Patterns</i>	303
17.12 Atendimento aos titulares de dados pessoais e plano de resposta.....	304
17.13 Gestão de outros agentes de tratamento (avaliação, monitoramento e contratação)	304

17.13.1 Fase 1 – Homologação	305
17.13.2 Fase 2 – Contratação	306
17.13.3 Fase 3 – Monitoramento	306
17.13.4 Fase 4 – Encerramento da relação.....	307
17.14 Avaliação e monitoramento das fontes	307
17.15 Segurança da informação	307
17.16 Treinamento e conscientização	309
17.17 Incidentes de segurança e plano de resposta e remediação a incidentes	310

Capítulo 18

INCIDENTES DE SEGURANÇA

18.1 Nota introdutória	313
18.2 Conceito de incidente de segurança	313
18.3 Medidas preventivas	316
18.4 Medidas pós-incidente	317
18.4.1 Plano de resposta e remediação a incidentes e formação do comitê de crise	317
18.4.2 Medidas corretivas.....	317
18.4.3 Comunicação do sinistro à seguradora	318
18.4.4 Entendimento completo do incidente e preservação/documentação das evidências.....	318
18.4.5 Notificação de cocontroladores, operadores e suboperadores	318
18.4.6 Relatório de impacto à proteção de dados pessoais e estudo de gravidade do incidente	318
18.4.7 Comunicações de titulares de dados pessoais, à ANPD e demais autoridades setoriais	319
18.4.7.1 Em que situações as comunicações aos titulares e à ANPD devem ocorrer: existência de risco e dano relevante.....	319
18.4.7.2 Prazos.....	320
18.4.7.3 Forma e conteúdo da comunicação à ANPD	321
18.4.7.4 Forma e conteúdo da comunicação aos titulares de dados	322
18.4.7.5 Comunicação às demais autoridades	323
18.4.8 Registro do incidente de segurança: prestação de contas e lições apreendidas.....	325
18.4.9 Relatório de tratamento de incidente.....	325
18.5 Seguro de risco cibernético	326

Capítulo 19

RESPONSABILIDADE CIVIL E RESSARCIMENTO DE DANOS

19.1 Nota introdutória, responsabilidade civil extracontratual dos agentes de tratamento e diálogo necessário das fontes	327
19.2 Responsabilidade solidária	328

19.2.1 Responsabilidade solidária do controlador e operador 329

19.2.1.1 Pode o controlador não ser responsabilizado pelo descumprimento da lei e danos provocados por parte do operador?..... 329

19.2.2 Responsabilidade solidária do suboperador 330

19.2.3 Responsabilidade solidária no caso de cocontroladoria ou controladoria conjunta 331

19.3 Causas excludentes de responsabilidade..... 331

19.3.1 Considerações iniciais sobre as causas excludentes..... 331

19.3.2 Primeira causa excludente: não realização do tratamento de dados pessoais 331

19.3.3 Segunda causa excludente: ausência de violação à legislação de proteção de dados 332

19.3.4 Terceira causa excludente: ausência de violação à legislação de proteção de dados 332

19.4 Danos 333

19.4.1 Dano patrimonial 333

19.4.2 Dano moral 335

19.4.2.1 Dano moral *in re ipsa* 336

19.4.2.2 Dano moral *in re ipsa* em caso de incidente de privacidade no perfil de “vazamento de dados” na jurisprudência do STJ 339

19.4.2.3 Dano moral coletivo 341

19.5 Direito de regresso 342

Capítulo 20

ANPD E RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

20.1 Nota introdutória e responsabilidade Administrativa 345

20.2 Autoridade Nacional de Proteção de Dados –ANPD 345

20.2.1 Composição da ANPD 346

20.2.2 Competências administrativas da ANPD..... 348

20.3 Sanções administrativas (art. 52, LGPD)..... 349

20.3.1 Advertência (inc. I) 350

20.3.2 Multa simples (inc. II)..... 350

20.3.3 Multa diária (inc. III) 351

20.3.4 Publicização (inc. IV)..... 351

20.3.5 Bloqueio dos dados pessoais até regularização da infração (inc. V) 351

20.3.6 Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração (inc. VI) 351

20.3.7 Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados (inc. X) 351

20.3.8 Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados (inc. XI)..... 352

20.3.9 Proibição parcial ou total do exercício de atividades (inc. XII) 352

20.3.10 Aplicação isolada ou cumulativa..... 352

20.3.11 Responsabilização de pessoas jurídicas de Direito Público 352

20.3.12 Destinação dos valores 353

20.3.13 Incidentes de segurança individuais 353

20.4 Procedimentos administrativos e critérios para responsabilização administrativa dos agentes de tratamento e aplicação de sanções 353

20.4.1 Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo: as atividades de monitoramento, orientação e fiscalização da ANPD 354

20.4.2 Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas... 359

20.4.2.1 Infração leve (art. 8º, § 1º) 360

20.4.2.2 Infração média (art. 8º, § 2º) 360

20.4.2.3 Infração grave (art. 8º, § 3º) 361

20.4.2.4 Aplicação de advertência 361

20.4.2.5 Aplicação de multa simples 362

20.4.2.6 Aplicação de multa diária 362

20.4.2.7 Publicização da infração 362

20.4.2.8 Bloqueio e eliminação de dados 363

20.4.2.9 Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados..... 363

20.4.2.10 Suspensão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais 363

20.4.2.11 Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados 364

20.4.2.12 Aplicação do princípio da proporcionalidade 364

Referências 365